

Verdade e Realidade: o Pós-Modernismo e a Tentativa de Destruição da História-Disciplina

José Francisco de Moura

Abstract

This article has the intention to think about post-modernism's concept of History and its antinomies.

Nos últimos anos, temos assistido a uma onda de ceticismo por parte de alguns intelectuais no que diz respeito à possibilidade de reconstrução do passado a partir das narrativas dos historiadores. Os defensores desta concepção, chamados aqui de pós-modernos, recebem em geral várias outras designações, quais sejam: relativistas culturais, céticos, pragmatis-tas, neo-historicistas ou pós-estruturalistas.

Para os pós-modernos, a História, enquanto disciplina que se propõem estudar o passado, está inabilitada a fazê-lo em vista de uma série de questões específicas que anulam a veracidade do seu discurso: o caráter retórico e metafórico de toda narrativa histórica e de toda linguagem, a subjetividade e o comprometimento político-cultural no qual o historiador está envolvido, a impossibilidade "epistêmica" de conhecimento objetivo e a atualização constante de um passado morto que está sempre continuamente exposto a olhares do presente.

É intenção deste artigo não só refletir acerca dos argumentos pós-modernos a respeito da possibilidade dos historiadores em descrever coisas reais e verdadeiras como apontar para as antinomias presentes neste paradigma.

A crítica dos pós-modernos com relação à possibilidade da História-disciplina em descrever o real está vinculada a uma visão desconstrutivista da ciência que nasce com mais força a partir do pós-guerra, embora tenha suas raízes no século XIX. O *status* do progresso e desenvolvimento tecnológico começou a ser desbancado pela aplicação e adaptação de

muitas invenções científicas para fins bélicos e de dominação de povos com tecnologias menos sofisticadas (o neo-colonialismo, por exemplo).

A partir de meados deste século, toda a argumentação que legitimava o referencial cognitivo da ciência ocidental como o único a dar conta do real começa a ruir. A descoberta de outras culturas, e por assim dizer, de outras verdades, a destruição dos recursos naturais do planeta e a arrogância do Ocidente em pretender ser o único complexo cultural detentor dos padrões civilizatórios começou a ser fortemente questionada, ainda que contraditoriamente, por acadêmicos do próprio Ocidente.

É interessante notar que, em geral, a crítica à ciência ocidental e a seus pressupostos objetivista e racionalista passava não por uma crítica ao emprego daninho de suas descobertas por parte de Estados e empresas — em geral uma questão política — mas por um ataque às descobertas e avanços em si, à sua própria validade de conhecimento da natureza e do mundo. As ciências físicas e da natureza passaram a ser vistas somente como mais uma representação do mundo, tão válida quanto as de cunho mitológico, religioso ou mágico. A quintessência da ciência ocidental era, para esses críticos, dominar e impor seu poder sobre outros referenciais cognitivos. Toda a construção teórica e metodológica da ciência passou a ser desprezada em função da questão da sua ligação com as instâncias de Poder de todos os níveis (acadêmico, de Estado, de nação contra nação, de uma cultura contra outra).

A crítica ao método objetivista das ciências ocidentais logo estendeu-se para todas as chamadas “ciências do espírito”, muito mais vulneráveis do que as ciências da natureza ao peso da subjetividade. Análises dos discursos dos historiadores (e também dos sociólogos, antropólogos e cientistas políticos) começaram a ser feitas por Barthes, Foucault e Derrida. Os discursos e as narrativas dos historiadores passaram a ocupar o espaço de pesquisa de muitos críticos literários, filósofos e epistemólogos, que apregoavam que seu caráter retórico e metafórico impossibilitava a História-disciplina de dizer algo sobre o passado. Em pouco tempo, toda a reconstrução da experiência humana do passado, elaborada até então pelos historiadores, foi sendo reduzida à análise da narrativa e do discurso que a reconstruía. Rompia-se o elo das narrativas com seu objeto, passando-se a considerar o texto pelo texto, o discurso pelo discurso.

O crítico literário Hayden White foi (é) um dos mais entusiastas na idéia de reduzir o discurso do historiador a meras conjeturas retóricas, sem nenhum vínculo com a Verdade sobre o passado. Analisando a narrativa dos historiadores pelo prisma das funções lingüísticas empregadas, White (1978; 1992: 37-53) defende que os historiadores empregam um

sem número de metáforas em seu discursos, e que metáforas não têm relação alguma com a realidade ou com a Verdade. Os recursos retóricos e as metáforas empregadas pelos historiadores dependem, para os pós-modernos, muito mais da subjetividade do historiador do que de algum elo com os arquivos ou outras evidências deixadas pelas antigas sociedades.

Outros críticos literários e filósofos da linguagem também desferiram seus ataques contra a capacidade de conhecimento do passado por parte dos historiadores. Barthes, Roth e Derrida, por exemplo, fazem coro a White. Para Barthes (1986: 138-139), os historiadores erram ao pensar que suas narrativas se referem às coisas sobre o passado ou o mundo, quando, na verdade, refletem apenas as idéias dos historiadores. Derrida (1982) vai mais além. Ele afirma que palavras não têm relação com o mundo, e sim com outras palavras. Já na opinião de Roth (1988: 10), os historiadores baseiam suas narrativas em textos antigos que, na verdade, são somente palavras sobre o mundo, sem nenhum valor de veracidade. Os textos dos historiadores, para ele, nada mais são que palavras sobre palavras.

Os ataques contra a possibilidade de conhecimento do passado, contudo, não vêm só da parte dos críticos literários, mas também de outros locais de fala. Muitos relativistas culturais, geralmente influenciados pela antropologia culturalista, passaram a defender a hipótese de que as pesquisas dos historiadores nada mais eram que meras representações do passado, tão válidas quanto as de qualquer pessoa ou grupo sobre o mesmo. Achando que as narrativas históricas são discursos influenciados pelo ambiente cultural em que estão inseridas, os relativistas, partindo do pressuposto de que todas as culturas emitem visões verdadeiras e igualmente válidas com relação ao mundo e ao passado, passaram a considerar que o discurso do historiador era, no máximo, uma visão dentre outras tantas válidas. Conclusão: tudo sobre o passado é passível e válido de ser dito, pois a Verdade é relativa a cada contexto e ambiente cultural. Logo, a autoridade do historiador em relação ao passado só existe na medida em que ele é um ator social inserido em alguma cultura, e não por ele ser um profissional do estudo do passado que detém métodos e técnicas para conhecê-lo.

Afirma-se ainda que representações sempre presentes do passado são a única forma do discurso estar fundamentado para falar e conjeturar sobre ele. Baseado na óbvia idéia de que o passado está morto, não podendo ser revivido ou recuperado, o historiador David Lowenthal (1993) tem defendido a idéia da total impossibilidade de conhecimento real e efetivo sobre o mesmo. O passado, sendo "um país estrangeiro", só é passível ser investigado sob o império collingwoodiano do subjetivismo sempre presente, sem nenhuma possibilidade de objetividade, positividade ou co-

nhecimento da intersubjetividade pretérita. A História-disciplina acaba, dessa forma, sendo vítima do seu próprio objeto, a História-devir.

Esse império da História-devir sobre a História-disciplina vem justamente numa hora em que se rejeita qualquer sentido à primeira. Hoje, os pós-modernos descartam qualquer possibilidade de uma Filosofia da História, de algum sentido que lhe seja inerente, ou mesmo da existência de estruturas sociais, econômicas ou culturais que lhe sejam minimamente determinantes. Para eles a História-devir nada mais é que uma sucessão de acasos e contingências, enquanto a História-disciplina surge como uma confusão de subjetividades. Os pós-modernos afirmam, na verdade, "*uma historicidade sem história*" (NANDA, 1999: 90).

Outro ramo do pós-modernismo que defende a impossibilidade do Real e da Verdade ser dita por historiadores vem das fileiras das escola que alguns chamam Pragmatismo, Ceticismo ou mesmo Neo-historicismo. Keith Jenkins, um dos maiores expoentes desta corrente, baseia sua concepção de história nos escritos do filósofo liberal-pragmático americano Richard Rorty. Baseado na idéia de Rorty de que a Verdade é tudo aquilo que tem significado pragmático para as pessoas, Jenkins (1991: 19) chama a epistemologia em seu socorro para reafirmar sua incredulidade em relação ao potencial de conhecimento da História-disciplina: "*(...) Epistemologia mostra que nós nunca podemos realmente conhecer o passado; a lacuna entre o passado e a história (historiografia) é de natureza ontológica*".

Para Jenkins, as diferentes interpretações dadas pelos historiadores a respeito de determinados temas históricos é prova contundente de que a relação deles com o passado é de natureza totalmente subjetiva, dependendo da escolha das fontes, suas intenções, predileções políticas e escolhas pessoais.

Dessa forma, podemos resumir a posição pós-moderna em três idéias principais. A primeira, de cunho epistemológico, defende o pressuposto de que o Real e a Verdade não existem em si, mas são apenas produto das mentes das pessoas.

A segunda, de cunho relativista, assevera que toda a narrativa sobre o passado ou sobre o mundo é válida somente porque pertence a um contexto cultural. Como todas as culturas vêem o mundo e o passado a partir de seus valores e categorias, o Real e a Verdade fazem parte de todas elas, sendo as do historiador apenas mais uma representação entre tantas.

A terceira posição é a do individualismo exacerbado. Estes afirmam que como o passado não existe mais, e nem pode ser revivido, o máximo que se tem dele são visões presentes, pessoais, e sempre mutáveis. O passado é sempre uma construção presente, sem qualquer vínculo com o que passou.

A proposta meramente representacional dos pós-modernos, obviamente, estende-se para o mundo atual e para as ciências da natureza, o que tem lhes valido um aumento significativo do número de seus críticos.

1. Desconstruindo a Desconstrução: as Antinomias Pós-modernas

Muitos historiadores e cientistas sociais e naturais têm rejeitado com veemência os argumentos acima, e têm se preocupado em “desconstruir” as verdades pós-modernas e o absolutismo cético. Os argumentos levantados contra os pós-modernos têm partido de diferentes locais de fala, e sido elaborados através de discursos de diferentes teores, desde os mais moderados até os extremamente raivosos, o que parece ser uma constatação de que o paradigma atual, embora vigoroso, está bastante longe de ser consensual. Antes de serem característica dos historiadores, os argumentos anti-céticos têm partido dos mais distintos campos do saber.

Um dos protestos mais enfáticos, por exemplo, vêm da cientista indiana Meera Nanda (1999: 101), que chega a sugerir àqueles que pensam que nada existe fora de suas mentes jogarem-se do 21º andar de um prédio para ver o que acontece. Nanda afirma ainda que o relativismo e a tentativa de desconstrução da ciência ocidental por parte dos céticos tem ajudado a reviver, na Índia, toda a sorte de tradicionalismos arraigados, sujeitando a mulher indiana à marginalidade política e social. Liderando um projeto intitulado “ciência para o povo”, Nanda afirma ser uma das milhares de indianas a se insurgir contra a opressão a que as mulheres têm sido sujeitadas na Índia pelos adeptos de “tradições” religiosas e culturais que, no fundo, segundo ela, legitimam posições de dominação e poder de uma minoria.

Um outro protesto raivoso vem do antropólogo americano Daniel Nugent (1999: 175-186). Ele critica o fato de o Exército Zapatista de Libertação Nacional ter sido considerado, no início, um movimento social pós-moderno. Analisando os textos das reivindicações dos militantes de Chiapas, Nugent afirma com ironia que “descobriu” que o grupo não era formado por membros de um movimento de revolucionários cibernautas, mas que sua luta se baseia nas velhas demandas “modernas”, demandas essas que, segundo ele, são consideradas pelos pós-modernos como epifenômenos: casa, comida e participação política. Nugent, chega mesmo a uma conclusão risível: o EZLN só foi considerado pós-moderno por ter usado a Internet para reivindicar suas propostas.

Afora estas críticas vistas acima, muitos outros teóricos têm se levantado contra o relativismo, o ceticismo e o desconstrutivismo pós-mo-

derno. O antropólogo Ernst Gellner, em um dos últimos livros antes de sua morte (1997), atacava a antinomia epistemológica dos pós-modernos ao perguntar em que lugar a-histórico e absoluto eles estão quando asseveram sua verdade a-temporal e a-cultural sobre não haver verdade nem realidade. Para Gellner, que se considerava um iluminista moderado, o relativismo era uma operação intelectual impossível, já que uma cultura só poderia ser traduzida em termos de outra, e para outra. Epistemologicamente falando, Gellner considerava que a ciência ocidental era um referencial cognitivo superior aos demais e que a maior prova disso é o fato de que todos os países do mundo a reivindicam e desejam.

Por outro lado, a reação dos historiadores à posição pós-moderna também têm crescido sobremaneira nos últimos anos. Keith Windschuttle (1994), por exemplo, tem apelado veementemente aos seus colegas que resistam aos ataques ministrados pelos teóricos de outras áreas contra a disciplina. Para ele, é hora dos historiadores provarem a vitalidade e validade do saber historiográfico sobre o passado.

O historiador italiano Carlo Ginzburg também tem atacado constantemente a posição pós-moderna, chamando-a de revisionista. Para ele, o fato do discurso do historiador ter elementos de retórica não quer dizer que esteja desvinculado da noção de prova e de verdade. Analisando os textos de Tucídides e Aristóteles, Ginzburg (1999: 47) afirma que, para ambos, a retórica era indissociável da comprovação e da veracidade. Teria sido Nietzsche o primeiro a desvinculá-las, muito em vista de questões pessoais relativas aos problemas acadêmicos que ele teria enfrentado.

Outro historiador de peso, Lawrence Stone (1992, p.193), afirma que os historiadores tem que ficar inquietos com a tendência pós-moderna de igualar fato e ficção ao argumentarem que nada existe fora dos textos. O árduo trabalho dos arquivos e a complexas metodologias "confrontativas" entre os vários tipos de evidências deixadas pelo passado, como textos e inscrições de todos os tipos, sítios arqueológicos, ossos, cultura material e imagens não podem meramente se transformar em ficção ao serem explicadas por textos.

Foi nessa vertente que Elton (1991) também rebateu os pós-modernos. Para ele, a crítica à capacidade dos historiadores em elaborar a verdade sobre o passado tem sido pobre por se basear unicamente na análise intrínseca dos discursos, quando o que valida o conhecimento historiográfico seriam os diversos procedimentos metodológicos em que eles se ancoram para fazer suas pesquisas sobre o passado.

Esta também parece ser a mesma opinião de McCullagh (1999). Ele chega mesmo a afirmar que não conhece um único historiador que admita

não ser capaz de falar algo verdadeiro sobre o passado. Para McCullagh, (1999: 14) a idéia de Keneth Jenkins de que as interpretações diferenciadas que os historiadores elaboram sobre alguns episódios ou documentos históricos serem prova do caráter subjetivo da prática historiográfica é uma visão falsa, pois existem milhares de passagens e pontos temáticos sobre o passado em que não há disputas de interpretação entre os historiadores mas, pelo contrário, um consenso.

Recentemente, as historiadoras Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob (1999: 252) afirmaram, contrariamente aos pós-modernos, que o historiador está limitado em sua subjetividade pelas próprias evidências deixadas pelo passado. Elas também discordam frontalmente de um dos argumentos mais fortes do ceticismo pós-moderno: o da impossibilidade discursiva de dizer algo verdadeiro sobre o mundo. Elas afirmam ser plenamente possível estabelecer uma conexão entre narrativas e o que está fora delas, já que palavras e convenções tem plena capacidade de fornecer uma razoável descrição do seu conteúdo. A função de determinadas palavras e conceitos seria justamente dar inteligibilidade à matéria.

É curioso notar que o crítico literário Umberto Eco (1993: 126-127), em sua polêmica com Rorty, cita o consenso como instância legitimadora da descoberta dos sentidos de um texto. Ele afirma que nem todas as interpretações sobre um texto são válidas, pois estes são escritos com intenções, baseadas em frases afirmativas e imperativas que podem muitas vezes desvelar seu intento e objetivo. Trabalhar suas relações seria o meio mais eficaz de interpretar-lhes os sentidos.

Outro crítico literário ligado a história é ainda mais radical. François Bédarida (1998: 222) tem afirmado recentemente que *"a busca da verdade deve ser considerada explicitamente a regra de ouro de todo o historiador digno desse nome"*. Ele propõe restituir a noção de objetividade como "mito regulador". Bédarida (1998a.: 147) ataca a pobreza dos argumentos pós-modernos sobre a capacidade de conhecimento dos historiadores sobre a experiência humana pretérita:

"(...) para além das aparências de uma argumentação fortalecida por uma lógica ríspida e pretensiosa, encontra-se neles somente viperinas e infundadas denúncias de caráter repetitivo ou ladainhas de afirmações peremptórias e desarticuladas, sem qualquer enraizamento no terreno de uma história dominada por uma mecânica implacável e plena de gritos e sussurros, de aflição e de piedade"

De fato, muitos historiadores e intelectuais parecem estar bastante temerosos em relação à posição do ceticismo e do relativismo sobre a

História-disciplina. Afinal, se qualquer coisa sobre o passado pode ser dita com igual tom de validade, o que fazer com a afirmação dos neonazistas americanos e europeus quando negam a existência do Holocausto nazista sobre os judeus? Por que continuar as pesquisas em sítios arqueológicos e arquivos se nada de concreto ou real pode ser dito sobre o que ali se encontra? Para que e com que finalidade defende-se o estudo da história nos colégios e universidades se ela não passa de elucubrações individuais sobre o passado? Não seria um imenso desperdício de recursos e de energia?

Como afirmou o historiador brasileiro Francisco Falcon (1998: 11), a História-devir e a História-disciplina não podem ficar expostas a todo e qualquer tipo de "falsificacionismo". Para reagir a isso, Falcon é bastante enfático e claro: "*Cabe a comunidade historiadora, hoje cada vez mais internacionalizada, reconhecer ou não como de História os textos que assim se auto-intitulam.*"

Talvez estejamos na verdade supervalorizando a posição pós-moderna. Peter Novick (1988), analisando várias obras de história, tem demonstrado o verdadeiro desprezo com que dezenas de historiadores americanos têm se dedicado às questões epistemológicas e filosóficas levantadas pelos pós-modernos. Não se sabe de fato porém, se isso ocorre em virtude da falência argumentativa daqueles historiadores, ou pelo fato mencionado por Martin Bunzl (1997: 2) de que na verdade é muito difícil levar os argumentos pós-modernos muito a sério em virtude do fato de "*ser muito difícil não ser um objetivista na prática*".

A forma com que os pós-modernos usam a epistemologia para afirmar a posição cética é marcante. Mas será que há mesmo um consenso epistemológico em relação ao subjetivismo das ciências naturais e sociais? Obviamente que não. Os periódicos especializados se constituem em uma verdadeira arena de luta entre realistas e subjetivistas. Thomas Kuhn, por exemplo, tem sido violentamente acusado de reduzir a história da ciência a uma sociologia barata.

Também em relação às chamadas ciências do espírito, não há o menor consenso. Filósofos, como Alun Muslow (1997: 7), que reconhece o caráter literário da escrita história, acham, porém, que esta característica não a impede de aproximações com a veracidade. O fato de ser impossível pensar o passado sem um discurso não quer dizer que este seja de caráter eminentemente retórico.

Então seria consenso o fato de que o texto historiográfico é puramente literário? Também parece que não. Para Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, a definição do que é ou não literatura tem pouca consistên-

cia objetiva. As escolhas do que é ou não um texto literário acabam, segundo ele, se tornando mais uma questão estética e de gosto pessoal (1999: 100-101).

Como não poderia deixar de ser, é de hostes marxistas que vêm os mais duros e pesados ataques ao pós-modernismo. Em obra recente, vários historiadores, sociólogos e filósofos marxistas procuraram entender a relação entre as posições pós-modernistas e o capitalismo.

Para John Belamy Foster (1999: 203), por exemplo, "*a negação, na teoria pós-moderna, da validade da crítica histórica esconde o que está realmente em jogo: a negação da crítica histórica ao capitalismo*".

De fato, uma das tarefas intelectuais mais difíceis deste final de século é saber o que os pós-modernos pensam a respeito do capitalismo e de suas conseqüências, ou mesmo tentar descobrir quais as soluções que apresentam para problemas reais tais como concentração de renda cada vez maior nas mãos de poucos, desintegração política e social de países periféricos do chamados *Terceiro e Quarto Mundos*, aumento contínuo da violência urbana e do uso de drogas. Seria a linguagem a causa de todos esses males ou estariam nela as suas curas?

A dificuldade de achar respostas práticas para estas questões no discurso pós-moderno parece estar ligada à sua própria indefinição política, já que o pós-modernismo padece, na essência, de uma grande antinomia política interna. Embora se digam adeptos do pluralismo, da mutabilidade e da abertura, são constantemente flagrados criticando o Humanismo, o Iluminismo, o Liberalismo e o sujeito centrado. Ao criticar qualquer tipo de universalismo e os projetos políticos de teor coletivo como movimentos a-históricos, "*os pós-modernos acabam afirmando de forma também a-histórica e absoluta o sucesso do capitalismo e de seus males*". (EAGLETON, 1998: 32).

O cerne da antinomia pós-moderna vem justamente de sua opção pela compartimentação e pela defesa dos isolamentos culturais de países e comunidades locais justamente em um momento quando os processos político-econômicos universalizantes estão se tornando cada vez mais profundos, pressionando os mesmos "especificismos" defendidos por eles (PALMER, 1998: 78). Uma vez que não parece haver para os pós-modernos sistemas ou histórias suscetíveis à análise causal, não se pode compreender e dar respostas eficazes a muitos males que oprimem grande parte da humanidade neste final de milênio.

Para Slavoj Žižek (1996: 22), a postura pós-moderna não tem nada de ingênua. Os pós-modernos, ao caracterizarem que tudo que lidamos não passam de ficções simbólicas, construídas com uma pluralidade de

universos discursivos, e nunca com a realidade, acabam por assumir uma posição astuta, rápida, "*ideológica por excelência*".

Muito da incapacidade dos pós-modernos em oferecer soluções práticas para problemas globais parece estar presa à sua partida epistemológica. Ellen Meiksins Wood (1999: 12), por exemplo, demonstrou como os pós-modernos incidem numa falha evidente ao confundir a construção social do conhecimento com a variação temporal do objeto. Seria como se as leis que regulam a termodinâmica ou a micro-biologia, e não só as teorias e metodologias para estudá-las, variassem com o tempo. Em vista disso, ao apostar na fragmentação do conhecimento e da ação humana, os pós-modernos acabam desprezando qualquer política de combate às injustiças presentes, visto que, atomizados, os indivíduos têm pouquíssimo poder de resolução de problemas mais globais que lhes afetam diretamente.

Conclusão

Não há dúvidas que os pós-modernos, com suas posições radicais, ajudam os historiadores, sociólogos e cientistas em geral a tomarem mais cuidado com sua interferência excessiva nos seus objetos de estudo, obrigando-os a tentar superar suas próprias convicções arraigadas quando efetuam suas pesquisas.

O respeito por maneiras de pensar distintas das nossas é outra contribuição dos pós-modernos, embora isso não signifique que devemos compatuar com os fundamentalismos religiosos e tradicionalistas que muitas vezes servem somente para oprimir e legitimar a posição de minorias.

Uma terceira contribuição dos pós-modernos refere-se ao fato de considerar outros tipos de dominação mais fragmentárias (como as de gênero, raça e sexo) como essenciais a um propósito de libertação humana.

Há no pensamento pós-moderno, porém, antinomias profundas. Uma delas vem da sua própria opção epistemológica. Se é impossível dizer algo verídico sobre algo que está fora dos textos, como eles conseguem fazer isso quando analisam os textos dos historiadores? Os discursos dos historiadores são analisados como coisas reais e concretas, são destrinchados, decompostos e analisados objetivamente através da narrativa de outros textos (os dos pós-modernos), que na verdade estão recheados das mesmas funções lingüísticas e dos mesmos recursos retóricos que apontam nas narrativas historiográficas. Parafraseando maldosamente Roth, os textos pós-modernos seriam textos analisando textos historiográficos que analisam, por sua vez, os textos históricos.

O paradoxo de Mannheim parece ser a marca registrada do posicionamento pós-moderno. Se a verdade é impossível de ser dita por palavras, como eles conseguem afirmar esse posicionamento usando-as? É lógico perguntar, como fez Gellner, de que tribunal a-histórico se chegou a conclusão pretensamente verdadeira de que a História-disciplina não passa de uma representação e de um constructo presente.

Além do que, se o passado inexistente na sua materialidade, por que afirmam a existência de um presente? Não seria ele também “incaptável”, já que inexistente como tempo estático, só sendo possível de ser apreendido quando pensado como devir heraclítico?

Da mesma forma, os relativistas ocidentais não reconhecem que pensar a própria relatividade cultural é um atributo fortemente positivo do referencial cognitivo ocidental. Tendo as culturas um caráter altamente fundamentalista, não seria mérito do referencial ocidental pensar, reconhecer e estabelecer a validade das visões de mundo de todos os complexos culturais? Que outro referencial cognitivo fez isso?

A opção epistemológica dos pós-modernos a respeito da História-devir e da História-disciplina logicamente tem conseqüências em suas visões políticas sobre os problemas atravessados pelo mundo atual e pelas sociedades contemporâneas. Muito do discurso pós-moderno é justificado contra teorias às quais consideram totalizantes e essencialistas, ou seja, contra teorias que pretendem ter alguma relação com a mudança social global ou mesmo com a aplicação de políticas sociais mais abrangentes. Negando aprioristicamente qualquer política libertadora mais geral ou teoria que se ancore em visões totalizantes do tipo marxista, estruturalista ou mesmo funcionalista, os pós-modernos acabam sem sugerir nada que possa ser colocado em seu lugar para oferecer opções ao capitalismo. As questões de dominação são vistas a partir de casos fragmentários e individualizantes, e em geral, todas as explicações acabam tendo sua origem na língua. A sociedade não seria mais determinada pela visão essencialista da luta de classes, e mas pela visão também essencialista da linguagem.

Bibliografia

- APPLEBY, J., HUNT, L., JACOB, M. *Telling the Truth about History*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1994.
- BARTHES, R. *The Rustle of Language*. Oxford: Blackwell, 1986.
- BÉDARIDA, F. “Tempo presente e presença da História”. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 219-229.

- _____. "As Responsabilidades do Historiador Expert". In: BOUTIER, J., JULIA, D. *Passados Recompuestos. Cantos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998a. pp.145-152.
- BUNZL, M. *Real History*. London/New York: Routledge, 1997.
- CARDOSO, C. F. "Tinham os antigos uma literatura?". In: *PHOENIX* v. 5: 99-120, 1999.
- DERRIDA, J. *Margins of Philosophy*. Brighton: The Haverst Press, 1982.
- EAGLETON, T. "De onde vem os pós-modernistas?". In: WOOD, E. M., FOSTER, J. B. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 23-32.
- ECO, U. "Replica". In: COLLINI, S. (dir.). *Interpretação e Sobreinterpretação*. Lisboa: Editorial Presença, 1993. pp. 123-133.
- ELTON, G. R. *Return to Essentials. Some reflections on the Present State of Historical Study*. Cambridge University Press: 1991.
- FALCON, F. J. C. "Apresentação". In: BOUTIER, J., JULIA, D. *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 9-18.
- GELLNER, E. *Antropologia e Política. Revoluções no Bosque Sagrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GINZBURG, C. *History, Rhetoric and Prof.* Hanover/London: University Press of New England, 1999.
- JEINKINS, K. *Re-Thinking History*. London: Routledge, 1991.
- LOWENTALL, D. *The past is a foreign Country*. Cambridge University Press: 1993.
- NANDA, M. "Contra a destruição/desconstrução da ciência: Histórias cautelares do terceiro mundo". In: WOODS, E. M., FOSTER, J. B. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 84-106.
- NOVICK, P. *That Noble Dream*. Cambridge University Press, 1988.
- McCULLAGH, C. B. *The truth of history*. London: Routledge, 1998.
- MUNSLow, A. *Deconstructing History*. London: Routledge, 1997.
- NUGENT, D. "Os intelectuais do norte e o EZLN". In: WOODS, E. M., FOSTER, J. B. *Em defesa da história. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- PALMER, B. D. "Velhas posições/Novas necessidades: História, classe e metanarrativa marxista". In: WOODS, E. M., FOSTER, J. B.. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 74-83.
- ROTH, P. "Narrative explanations". In: *History and Theory* 27: 1-13, 1988.
- STONE, L.. "History and post-modernism". In: *Past and Present* 135: 189-194, 1987.
- WHITE, H. *Tropics of discourse*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978.
- _____. "Historical emplotment and the problem of truth". In: FRIEDLANDER, S. (ed.). *Probing the limits of Representation: Nazism and the 'final solution'*. Massachusetts/Cambridge: Harvard University Press, 1992. pp. 37-53.
- WINDSCHUTTLE, K. *The Killig of History. How a Discipline is being Murdered by Literary Critics and Social Theorists*. Sydney: Macleay Press, 1994.
- WOODS, E. M.. "O que é a agenda 'pós-moderna'?". In: WOODS, E. M., FOSTER, J. B. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 7-22.
- ZIZEK, S. "O espectro da Ideologia". In: ZIZEK, S. (org.). *O mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.